



CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ


CONTRATO ADMINISTRATIVO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE “TRANSPORTES ESCOLARES – ZONA DE SISTELO E CABREIRO” ADJUDICADO À SOCIEDADE COMERCIAL FERNANDES & CARDOSO, LDA., DE ARCOS DE VALDEVEZ [PF 307/2017]-----

(Artigos 94º e 96º do Código dos Contratos Públicos)

No dia **31 de agosto de 2017**, nesta vila de Arcos de Valdevez e Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, comigo, Lic. Faustino Gomes Soares, chefe de divisão, servindo de oficial público da mesma Câmara, compareceram:

Dr. João Manuel do Amaral Esteves, casado, natural da extinta freguesia de Arcos de Valdevez (Salvador), atualmente União de Freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada, residente no lugar da Aldeia, freguesia do Couto, ambas deste concelho, que outorga na qualidade de **presidente da referida Câmara Municipal, em representação do Município de Arcos de Valdevez**, pessoa coletiva número 505 211 696, nos termos da alínea f) do nº 2, do artigo 35º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, e de harmonia com a Deliberação da Câmara Municipal, datada de **10 de julho de 2017**, que autorizou a celebração do contrato e aprovou a respectiva minuta, como primeiro outorgante; e -----

Carlos Alberto Campos de Barros, casado, natural da freguesia de Aguiã, deste concelho, onde reside no lugar de Souto Novo, que outorga na qualidade de **sócio-gerente**, em representação da sociedade comercial por quotas, denominada **“FERNANDES & CARDOSO, LDA”**, com sede no lugar da Igreja, freguesia de Sistelo, deste mesmo concelho, registada na Conservatória do Registo Comercial deste concelho, com a matrícula correspondente ao número fiscal de contribuinte **501 152 750**, com o capital social de € 126.000,00, como segundo outorgante, a fim de reduzir a escrito o respetivo contrato, de acordo com o disposto no artigo 94º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, nos termos e condições constantes das cláusulas seguintes: -----



Primeira: O Município de Arcos de Valdevez, representado do primeiro outorgante, por Deliberação da Câmara Municipal de **10 de julho de 2017**, adjudicou, por Ajuste Direto, nos termos dos artigos 20º, nº 1, alínea a), e 124º, e seguintes, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, à representada do segundo outorgante, a aquisição de serviços de **“TRANSPORTES ESCOLARES – ZONA DE SISTELO E CABREIRO”**. -----

Pela referida deliberação a Câmara Municipal aprovou ainda a minuta do contrato, nos termos do disposto no artigo 98º do Código dos Contratos Públicos. -----

Segunda: O preço contratual é de € **21.215,25 (vinte e um mil duzentos e quinze euros e vinte e cinco cêntimos)**, mais IVA, à taxa legal em vigor, correspondente ao valor diário de € 121,23, mais IVA. -----

Terceira: O prazo de prestação do serviço adjudicado é de **175 dias letivos**, a contar previsivelmente da data de **13 de Setembro de 2017**. -----


Quarta: O pagamento dos encargos resultantes do presente contrato de fornecimento será efetuado no prazo de 60 dias a contar da data da apresentação da correspondente fatura. -----

Quinta: O encargo resultante deste contrato será satisfeito pela rubrica orçamental seguinte: -----

- Classificação Orgânica – **Capítulo 02** – Câmara Municipal e Serviços Municipais. -----

- Classificação Económica – **Agrupamento 02** – Aquisição de Bens e Serviços; **Subagrupamento – 02** – Aquisição de serviços; **Rubrica 10** – Transportes. -----

Sexta: 1 - A assunção de compromissos plurianuais relativos ao presente contrato foi precedida de autorização genérica da Assembleia Municipal, conferida na sessão ordinária realizada em **23 de novembro de 2016**, nos termos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro (Lei dos Compromisso e dos Pagamentos em Atraso). -----



2 - Os referidos compromissos serão repartidos em conformidade com o preço contratual e tendo em conta o prazo de execução do contrato, da seguinte forma: -----

- No ano de 2017 – € 8.224,24; -----

- No ano de 2018 – € 14.263,93. -----

Sétima: O presente contrato **não está sujeito** a Visto do Tribunal de Contas, nos termos da legislação em vigor, designadamente, do artigo 130º nº 1, da Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro e, na parte não especialmente e nele previsto, reger-se-á pelas disposições legais aplicáveis, nomeadamente, o Código dos Contratos Públicos, e demais legislação em vigor. -----

Oitava: Para a resolução de todos os litígios decorrentes da execução deste contrato fica estipulado o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

Nona: 1 – Fazem parte integrante deste contrato: -----

a) Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e aceites pela Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 61º do CCP; -----

b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos; -----

c) **O caderno de encargos;** -----

d) **A proposta adjudicada.** -----

2 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados. -----

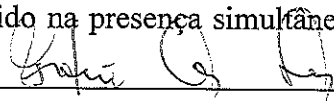
3 – Em caso de divergência entre os documentos atrás referidos e o clausulado deste contrato, prevalecem os primeiros. -----

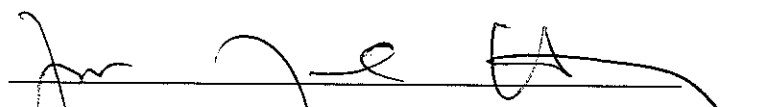
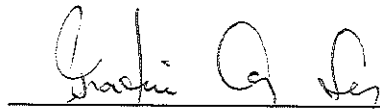
Décima: É dispensada a apresentação de qualquer caução pelo adjudicatário, de acordo com o disposto no nº 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos. -----

Décima Primeira: O segundo outorgante **declara aceitar, para sua representada,** o presente contrato, nos termos exarados. -----

Décima Segunda: Que se obriga a realizar a prestação de serviços objeto deste contrato dentro das boas normas de execução e nos termos da respectiva proposta e do caderno de encargos. -----

Foram apresentados pelo segundo outorgante os seguintes documentos, que ficam arquivados com este contrato: a) Declaração do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, comprovativa de que a sua representada tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, emitida em **15-05-2017** e válida por quatro meses; b) Informação emitida pelo Serviço de Finanças de Arcos de Valdevez, em **31-08-2017**, da situação tributária (por consentimento), obtida via Internet, comprovativa de que a referida sociedade tem a sua situação tributária regularizada, e válida por seis meses; c) Certidão Permanente do Registo Comercial com o código de acesso 4487-7267-0130, subscrita em 03-05-2016 e válida até **03-05-2020**, com os elementos respeitantes à matrícula da referida sociedade, pela qual foram verificadas a qualidade e suficiência de poderes do segundo outorgante para este ato; d) Documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista na alínea i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos; e) Declaração Anexo II do Código dos Contratos Públicos. -----

Para constar vai o presente contrato ser assinado pelos dois intervenientes, depois de lido na presença simultânea de ambos, e explicado o seu conteúdo e efeitos por mim,  Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, como oficial público neste acto. -----


Carlos Alberto Campos de Sousa


Para efeitos do disposto no nº 3 do artigo 5º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, declara-se que o compromisso respeitante ao presente contrato se encontra registado no sistema de Contabilidade do Município com o nº **142/029/2017**.

REGISTADO NO LIVRO PRÓPRIO DOS CONTRATOS, SOB O Nº **54/2017**